



M. E. C. — I. N. E. P.
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Relatório

1959

DISTRIBUIÇÃO

Uma forma nova de atuação regional

do Ministério da Educação

por

Lauro de Oliveira Lima

B. 9

gar. 3

C. B. P. E.

AO C.D.P.
30.X.59
A.

UMA FORMA NOVA DE ATUAÇÃO REGIONAL DO MINISTERIO DA EDUCACÃO (2)

Lauro de Oliveira Lima
(Conferência no CRINEP - Recife)

AS INSPETORIAS SECCIONAIS

1- Estado anterior às Inspetorias Seccionais

Antes de serem criadas as Inspetorias Seccionais, a atuação do MEC junto às escolas secundárias de todo país fazia-se através, e exclusivamente, dos inspetores federais de ensino secundário, onde os houvesse. A distribuição destes inspetores nunca obedeceu a critério de densidade escolar, havendo núcleos com excesso de pessoal e regiões inteiras desprovidas inteiramente de assistência, situação que ainda perdura, em muitos lugares, usando a D. E. Sec. de vários recursos para corrigir esta anomalia. No caso particular do Ceará, ainda permanece a dificuldade, uma vez que, para 34 estabelecimentos da capital, contamos com trinta (30) inspetores e para 66 estabelecimentos no interior, não temos mais de (2) inspetores, um na zona norte e outro no extremo sul do Estado. Usava-se, até bem pouco, como substitutos dos inspetores, os coletores federais, os agentes dos Correios e Telégrafos e os Chefes de Estação de Estrada de Ferro, o que revela, sem maiores comentários, o conceito que no país se fazia de um técnico de educação para a escola secundária. A função do inspetor de ensino secundário (variando, contudo, de acordo com a personalidade do inspetor e com sua cultura técnica) restringia-se, exclusivamente, a RUBRICAR documentos e examinar-lhes a autenticidade em três (3) protocolos visistas semanais. Na época das provas parciais, o inspetor, com quem assumia o controle geral da escola, presidindo, durante 20 ou mais dias, os trabalhos de verificação final do rendimento escolar, época ainda hoje turbulenta e traumática para as escolas secundárias do país. Os inspetores de cada região, muitas vezes, não se conheciam mutuamente, ligando-se, administrativamente, com a própria Diretoria do Ensino Secundário, através de relatórios, ofícios e telegramas. Os relatórios consistiam, exclusivamente, na compilação de dados estatísticos e escolares que eram arquivados nas várias seções de D. E. Secundário, principalmente, para efeito de verificação da validade dos diplomas expedidos posteriormente por outras escolas de grau superior ou de outra modalidade de ensino. A competência técnica dos inspetores relevava-se, quase exclusivamente, por sua habilidade em interpretar os dispositivos regulamentares, especialmente a Portaria 501, ainda hoje, parcialmente, em vigor, espécie de "código penal" do ensino secundário, instrumento legal que, nos poucos, foi-se afastando do texto e do espírito da LEI ORGANICA DO ENSINO SECUNDÁRIO, num lento trabalho de adaptação aos casos concretos que foram surgindo no decorrer de mais de três lustros de vigência da chamada lei Capanem, ora vivendo seus últimos momentos, diante da lei de DIRETRIZES E BASES em discussão no Congresso Nacional. Esse, em resumo, o estado em que estava, há cinco anos, o ensino secundário, com relação à participação que nele tomava o MEC como órgão de fiscalização e orientação. A criação da C.A.D.E.S. (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário) foi o divisor das águas entre o que existia então e o que é hoje o ensino secundário brasileiro.

2- A CADES e sua forma inicial de atuação

A CADES não nasceu com uma filosofia, ou sequer, com uma política administrativa ou educacional. Fêz-se por inspiração do momento, procurando atender, urgentemente, aos problemas mais prementes com que se via a Secretaria do Ensino Secundário, tendo sido, nesse sentido, a primeira janela aberta para uma atuação do MEC no país. Os dois problemas que pareceram mais urgentes aos administradores, na ocasião, foram:

a)- INSPEÇÃO FEDERAL: nucleando, regionalmente, os funcionários do MEC com chefia local, facilitando a mobilização. Todo o esforço inicial consistiu em obter, pelo menos, AUTENTICIDADE dos processos escolares, acabando com o sistema de puro papelório, onde as mais absurdas contrafações eram permitidas, conquanto as firmas estivessem reconhecidas e os selos devidamente distribuídos. Acabou-se com os falsos diretores, os falsos corpos docentes, os falsos inspetores, as visitas simuladas, as instalações falsamente descritas nos relatórios, aceitando-se a REALIDADE como se apresentasse em cada unidade escolar, para iniciar, dêsse ponto, uma recuperação real e honesta. A INSPETORIA SECCIONAL, pois, foi:

1. Um Inspetor Seccional que quase sempre correspondia a um Estado, exceto em Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul, onde foram criadas diversas.
2. Um Inspetor Assistente, encarregado, sobretudo, de montar a Inspetoria em forma de repartição, à semelhança da Diretoria do Ensino Secundário.
3. Um Inspetor ITINERANTE, elemento realmente novo e fator fundamental na nova organização, encarregado de visitar todos os estabelecimentos, suprindo as deficiências onde as houvesse. Pode-se dizer que, onde funcionou bem a "itinerância" o sistema novo foi vitorioso.
4. Os Inspetores de ensino à disposição da chefia para mobilização e movimentação de setores. Foi o trabalho mais difícil, dada a inércia de dezenas de anos de independência administrativa e de "dolce far niente" a que nos acostumáramos como funcionários do MEC.

b)- OS CURSOS DA CADES: Verificando-se que milhares de professores, mais de 20 mil, exerciam o magistério sem nenhuma habilitação legal, o ponto que pareceu à CADES mais urgente foi ajudar a êstes professores a obterem seus registros, e, por meio disto, tentar prepará-los, tecnicamente, para o exercício do magistério. O cadastro da D. Ens. Sec. revelava que para mais de 40 000 professores secundários, as Faculdades de Filosofia, até o momento, não tinham fornecido, sequer, 10 000 licenciados, parecendo à D. Ens. Sec. que teríamos de lançar mão de um sistema de emergência, o que foi feito com êxito extraordinário através dos cursos de PREPARAÇÃO PARA EXAME DE SUFICIÊNCIA, verdadeiras Faculdades de Filosofia em miniatura. O sistema de "aconselhamento" adotado pela CADES fazia com que o professor só se submetesse a exame de suficiência após 2, 3 ou mais cursos, só na ocasião que aos professores que ministrassem o curso parecesse que o candidato estava realmente habilitado para o magistério. Os cursos intensivos da CADES desenvolvem-se num período de um mês, com cerca de 8 a 10 horas de atividade por dia, perfazendo um total de horas letivas correspondente ao número de horas de aula num ano letivo de qualquer Faculdade de Filosofia, com a vantagem de serem altamente concentradas, e os objetivos serem claros e imediatos.

Pela primeira vez, fêz-se treinamento intensivo e direto dos professores para o exercício do magistério, em forma de círculo, aproveitando-se, nestas ocasiões, a experiência de velhos professores que, há anos, lecionavam sem o registro do MEC e que para os cursos traziam o tirocínio de longa prática escolar, cotejando-a com as formas propostas pelos professores ministradores do curso. O êxito foi tão grande que o movimento, a princípio puramente supletivo, estruturou-se em sistema que evoluiu para os cursos de APERFEIÇOAMENTO, já tão conhecido em outros países civilizados.

3- A CONSOLIDAÇÃO DAS INSPETORIAS SECCIONAIS E A CADES

Coube à atual administração da Diretoria do Ensino Secundário consolidar as Inspetorias Seccionais e dar novos rumos, surpreendentes, à CADES.

a)- DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - Aos educadores pareceu, desde o início, que as Inspetorias Seccionais eram a evolução natural do sistema escolar secundário, donde sua aceitação entusiástica em todos os recantos do Brasil por onde estão espalhadas 36 Inspetorias Seccionais. Lentamente, todos os serviços da Diretoria do Ensino Secundário foram sendo descentralizados, a ponto de até o serviço de pessoal e orçamentário que, dentro do MEC, é centralizado, foi confiado, no caso da Diretoria do Ensino Secundário, às próprias Inspetorias Seccionais. Hoje cabe à Inspetoria Seccional:

- a)- autorização para funcionamento de estabelecimentos novos
- b)- resolução a qualquer caso de vida escolar
- c)- verificação da validade de documentos para os cursos superiores
- d)- verificação das condições materiais dos estabelecimentos
- e)- vida funcional dos inspetores
- f)- utilização das verbas orçamentárias
- g)- organização do sistema de inspeção, etc.

Ficou ainda centralizado o serviço de expedição de registro de professores. O trabalho de unificação e intercâmbio é feito pelas REUNIÕES GERAIS de Inspetores Seccionais realizadas, anualmente, na Casa do Professor, sob a presidência do Diretor do Ensino Secundário, ocasião em que são expostos os problemas regionais de cada Inspetoria, e tomadas as resoluções de conjunto, dela participando os chefes de seção, técnicos de educação, e o pessoal especializado da CADES.

b)- CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E COLÉGIO EXPERIMENTAL:- Os cursos de Suficiência evoluíram naturalmente, para os cursos de aperfeiçoamento, ministrados geralmente, em julho, destinados a professores já portadores de registro, mas com estrutura semelhante à dos cursos de preparação para exame de suficiência. O Colégio de Nova Friburgo, da Fundação Getúlio Vargas, foi transformado em colégio experimental para estágio de professores de todo o país, para lá tendo ocorrido, com financiamento da CADES, centenas de professores.

c)- CURSOS DE SECRETÁRIOS, JORNADAS DE DIRETORES, SEMINÁRIOS E ENCONTRO DE PROFESSORES:- Dado o impulso inicial, toda máquina escolar começou a mover-se e a exigir atuação da Diretoria do Ensino Secundário. Por isto, foram continuados os cursos de preparação dos secretários de estabelecimentos, especialização necessária, dada a extrema complexi-

dade da legislação de ensino, agravada com a expedição permanente de Portarias, circulares, avisos e instruções, cada vez mais emaranhadas. Coube à atual administração o louvável trabalho de podagem progressiva da regulamentação, que se reduziu, pouco a pouco, a linhas gerais. As jornadas de diretores representaram força nova de atuação, dadas as resoluções que espontaneamente tomavam nestes conclaves, com força de execução maior que as portarias emanadas dos órgãos oficiais. Em algumas regiões, como no Ceará, as resoluções das Jornadas de Diretores constituíram-se verdadeiro planejamento para o trabalho escolar anual, cabendo à Inspeção Seccional aplicar as medidas de comum acordo assentadas. Os encontros de professores visaram, sobretudo, problemas pedagógicos, tendo-se realizado, por exemplo, só no Ceará, mais de 20 destes seminários. Também os professores reunidos tomavam resoluções que eram executadas pela Inspeção Seccional em nome dos próprios professores.

- d)- **ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL:**- Se há uma característica fundamental de cada administração, pode-se dizer que a da atual, é o impulso extraordinário dado à Orientação Educacional no país, principalmente através dos "symposium" de São Paulo e de Porto Alegre, onde foram reunidos, pela CADES, quase um milhão de educadores. Apesar de, desde 1942, prever a Lei Orgânica a existência da Orientação Educacional nos estabelecimentos secundários, nenhum passo havia dado até então a D. E. Sec. para efetivar esta medida. A CADES, como impulso final, está financiando os cursos de Orientação Educacional das Faculdades de Filosofia e distribuindo bolsas de estudo nos Estados em que as faculdades não criaram os cursos, como aconteceu no Ceará. Infelizmente, nossa terra, o Ceará, é uma das mais atrasadas do país neste setor, podendo-se dizer que, excluindo a classe experimental, a Escola Industrial, a Escola Preparatória de Fortaleza e a Escola de Aprendizes Marinheiros, não há Orientação Educacional no Ceará.
- e)- **CLASSES EXPERIMENTAIS:**- Foi a medida mais ousada e revolucionária jamais tomada pelo MEC, cabendo ao Dr. Gildásio Amado, o mérito exclusivo da iniciativa. Em todo país, somente 36 estabelecimentos se abalçaram a tentar a experiência, o que confirma a afirmativa de que não estamos maduros para uma ampla liberdade de educação. Se quase 3 000 escolas secundárias, somente 0,3% tentaram modificar a escola secundária quando para isto foram solicitadas, é que nos acostumamos tanto ao sistema estatal que a proposta do MEC pegou todos os educadores de surpresa. No Ceará somente um estabelecimento aceitou a experiência, cujos resultados não podem ainda ser analisados.
- f)- **CONVENIOS DE INSPEÇÃO:**- Se a lei de Diretrizes e Bases não apressar, não encontrará quase nada mais a "libertar". A atual administração adotou o sistema de "convênios de inspeção" pelo qual delega ao diretor do estabelecimento total autonomia e competência para validar todos os atos escolares, até então competência exclusiva do inspetor federal do ensino. Centenas de estabelecimentos de todo país estão, presentemente, sob o regime de convênio, mostrando os resultados que a liberdade e a confiança depositada nos melhores educadores foi benéfica e estimulante.

- g)- **INSPEÇÃO VOLANTE**:- Vastas regiões do país viveram sempre, praticamente, inacessíveis à atuação do MEC cuja palavra lá chegava através do telégrafo ou em morosos meses de correio nacional. A instituição da "inspeção volante" (constituída de um inspetor e um educador) levou aos estabelecimentos dessas regiões uma palavra de estímulo e de orientação, conseguindo, em muitos casos, polarizar toda a comunidade para a recuperação das escolas e levando-se a atuação da missão a outros setores da vida municipal, como ao da criação de bibliotecas locais e instituição de associações de pais e mestres.

4- Legislação que teve influência no movimento renovador

- a)- **PORTARIA 80**:- Que determinou a duração do ano letivo e a cota mínima de aulas do ano letivo. Teve profunda influência na organização da vida escolar.
- b)- **REFORMA DO REGIMENTO DA DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO**:- Consolidou as Inspetorias Seccionais, dando-lhes maior autonomia e redistribuiu os serviços dentro da própria Diretoria do Ensino Secundário.
- c)- **PORTARIA DE REFORMA DAS BASES DE INSPEÇÃO**:- Ampliou extraordinariamente o conceito de inspeção e orientação pedagógica, dando ampla margem de atuação às Inspetorias Seccionais.
- d)- **PORTARIAS DESCENTRALIZADORAS DE SERVIÇOS**:- Desafogou as seções da Diretoria do Ensino Secundário encaminhando-as para seu verdadeiro papel de órgãos de planejamento e análise.
- e)- **CRIAÇÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS PARA OS INSPETORES SECCIONAIS, ASSISTENTES e ITINERANTES**, dando forma final à estruturação das Inspetorias Seccionais.
- f)- **MODIFICAÇÕES SUCESSIVAS NA PORTARIA 501** - cumunando num projeto final de total modificação.

5- NOVA MENTALIDADE DE DIREÇÃO NA DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Todo este trabalho só foi possível pela nova mentalidade que foi implantada na Diretoria do Ensino Secundário, substituindo o sistema vertical da pura hierarquia administrativa, por um sistema horizontal de colegiados, de consultas, de reuniões gerais e de trabalho em equipe. Os técnicos do MEC viviam até então mais ou menos isolados no Rio de Janeiro tendo com o resto do país contactos esporádicos que não lhes dava a verdadeira perspectiva do problema. A nova mentalidade insuflou dentro da Diretoria do Ensino Secundário um novo TONUS de realismo educacional, uma vez que a maioria das resoluções da legislação complementar começou a ser feita nas reuniões gerais dos Inspetores Seccionais que podiam depor sobre os problemas de cada região. O trabalho começou com os estágios de inspetores dentro da própria Diretoria do Ensino Secundário, ocasião em que eram escolhidos os inspetores para chefiar as Inspetorias Seccionais. Prosseguiram com as reuniões gerais dos Inspetores Seccionais presididas pelo próprio Diretor do Ensino Secundário e orientadas pelos chefes de seção e pelo pessoal da CADES. A CADES por sua vez, adotou o mesmo sistema, reunindo, anualmente, os orientadores de cursos de todo país, para planejamento e resoluções. Os professores aproximaram-se do MEC e hoje conta a D. E. Sec. com uma equipe de técnicos que participa de todas as atividades da CADES. A instituição do concurso do Dia do Professor estimulou, enormemente, o aparecimento de bibliografia especializada e a revista ESCOLA SECUNDÁRIA divulgou, por todo o país, as experiências do magistério de todas as regiões. Dentro da própria Diretoria, o trabalho se faz por equipe, a forma mais

moderna de administração, realizando, assim, as várias seções, inúmeros trabalhos técnicos, como os da Seção de Prédios e Aparelhamento Escolar que começa a influenciar decisivamente nas construções escolares. Este espírito de EQUIPE, aos poucos, vai-se também transmitindo aos diretores de estabelecimentos, aos professores, inspetores e secretários, nucleando-os em organizações que caracterizam a administração democrática da educação e dando a côr local às soluções dos problemas.

6- O FUNDO NACIONAL DO ENSINO MÉDIO E A RENOVAÇÃO DO ENSINO SECUNDARIO

Já o F.N.E.M. nasceu com filosofia própria, pois é perceptível no texto de seu regulamento a crença na iniciativa particular e bem caracterizado o papel do poder público no incentivo destas iniciativas. O conceito de escola pública, nêle desloca-se para o conceito de garantia do direito de educar com liberdade de escolha para as famílias, distinguindo-se, assim, capacidade de educar (que a família moderna perdeu) do direito de educar (que é um direito natural da família). O F.N.E.M. pretende corrigir a distorsão social produzida pelo progresso e repõe na mão da família a capacidade, embora indireta, de educar.

Qualquer estudioso do problema da educação sabe que um sistema educacional ou é caro ou não tem valor atuante na sociedade. Não se pode fazer educação barata. Isto não significa que a educação MAIS CARA, seja a MELHOR EDUCAÇÃO. Aí está a educação secundária particular, evidentemente melhor que a educação pública, e muito mais barata. Enquanto no Ceará, por exemplo, o governo estadual gasta com a péssima educação do Colégio Estadual cêrca de 16 mil cruzeiros por aluno, sem que no estabelecimento exista, sequer, um único laboratório, os estabelecimentos modelares de congregações religiosas recebem cêrca de 6 000 cruzeiros per capita. O F.N.E.M. dividiu o problema de financiamento do ensino secundário em três setores principais, tentando quebrar um círculo vicioso que fazia o salário do professor depender, exclusivamente, do aumento das anuidades dos alunos:

- a)- bôlsas de estudo para os alunos bem dotados e economicamente deficietários;
- b)- suplementação para o salário dos professores sem sobrecarregar as famílias com aumento de anuidades;
- c) auxílio aos estabelecimentos para
 - a')- refazer o equilíbrio orçamentário mantendo uma quota fixa para despesas com professores, administração, pessoal técnico e material didático;
 - b')- empréstimos para construção e equipamento, reembolsável em dez anos através de bôlsas de estudo.

O sistema funcionou bem até que a política interferiu no sistema, deturpando em parte os objetivos. O sistema de inspeção que nunca tivera força real sôbre os estabelecimentos funcionando ao lado do sistema de financiamento instituído pelo F.N.E.M., começou a ter real atuação, porque pela primeira vez os órgãos de inspeção tinham algo a dar quando percebiam aperfeiçoamento. O contrôle passou a ser indireto mais efetivo:

- a)- A seleção dos bolsistas produziu sensível influência nos cursos de admissão, inclusive permitindo que, através das provas se produzisse uma modificação na metodologia empregada nas escolas. No Ceará, por exemplo, adotamos para seleção na prova de Português, comentário do texto, em substituição à análise sintática ou gramatical e às perguntas de gramática, clássicas nas provas de vernáculo. Imediatamente, os professores iniciaram nas escolas o estudo da exploração do texto, do ponto de vista da compreensão e análise literária, coisa que nunca se fizera antes. A manutenção da bolsa exigindo um padrão de aproveitamento muito mais elevado que a legislação geral determina para promoção, criou dentro de cada classe um núcleo de alunos altamente interessados no trabalho escolar.

- b)- A suplementação dos professores dependendo do registro e do cumprimento do plano do ano letivo (90% das aulas previstas) aumentou a atividade real e diminuiu sensivelmente as faltas dos professores e os feriados escolares.
- c)- A garantia de complementação até 40% da renda para pagamento dos professores estimulou os estabelecimentos a aumentar o salário dos professores.
- d)- Os empréstimos para equipamento e melhoria das instalações, fiscalizados pelas Inspetorias Seccionais produziu uma renovação geral nos prédios e nos equipamentos.

O F.N.E.M. gastou no Ceará até agora as seguintes importâncias:

a)- Com bolsas de estudo:

b)- Com suplementação dos professores:

1955 -	389.346,40
1956 -	2.757.864,20
1957 -	2.033.112,80
1958 -	<u>1.444.310,00</u>
	6.625.833,40

c)- Em auxílio direto aos estabelecimentos:

A Diretoria do Ensino Secundário autorizou a Comissão Regional do Fundo Nacional do Ensino Médio a tentar nova experiência para efeito de observação e possível extensão às outras Inspetorias Seccionais. Foi o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO BOLSISTA (SAB), serviço mantido com a quota legal de 5% sobre o montante de bolsas de estudo. A Comissão de Assistência Educacional entrou em entendimento com o Instituto Social que planejou o serviço, ficando assim constituído:

- a)- Serviço Social de Casos;
- b)- Serviço Social de Grupo;
- c)- Serviço de Psicotécnica;
- d)- Serviço Auxiliar;
- e)- Serviço de seleção de bolsistas.

É um órgão a serviço do bolsista, mas aos poucos vai-se estendendo a qualquer estudante, pois não pode recusar serviços a quem o procura. Nos primeiros meses revelou como era absolutamente essencial. Os problemas emocionais, econômicos, médicos e de ajustamento escolar que chegam ao serviço são tão graves que nos perguntamos como podia tudo ir correndo, aparentemente tão bem sem o SAB. As próximas provas de seleção incluirão exames psicotécnicos.

7- LIBERDADE DE PLANEJAMENTO DAS INSPETORIAS SECCIONAIS

A nova regulamentação da inspeção permite que cada Inspeção Seccional apresente para aprovação do Diretor do Ensino Secundário seu próprio plano de inspeção, o que permitiu as mais diversas experiências e mostra o espírito descentralizador da atual administração. Infelizmente, o projeto de Diretrizes e Bases atualmente em discussão no Congresso Nacional consagra a autonomia estadual no setor do ensino médio, descentralizando administrativa este ramo de ensino. A luta pela liberdade de ensino foi confundida, lamentavelmente, com descentralização. Realmente, não será a autonomia estadual que dará liberdade aos educadores. A tirania local é muito mais eficiente que a federal. O fato de o ensino secundário ser fiscalizado por autoridades federais fez com que conservasse uma certa aura de prestígio popular de que não gozam os ramos de ensino estaduais, sempre sujeitos a injunções políticas e aos interesses dos chefes regionais. A descentralização adotada pela D. Ens. Sec. já ia produzindo seus efeitos salutares, sem a perda do prestígio e a conservação de uma unidade relativa, que não chegaria a ser anarquia pedagógica. Caminhamos, pois, no sentido inverso dos americanos do norte que estão se aproximando de uma unidade nacional através do controle exercido através da concessão de verbas pelo governo da União. Não confundimos, portanto, descentralização com liberdade educacional. Uma refere-se às unidades escolares e é concedida à direção dos estabelecimentos e ao professorado. Outra é a deslocação, pura e simples, do controle federal para o estadual, o que poderá implicar numa regulamentação muito mais rígida para as unidades escolares.

8- A INSPETORIA SECCIONAL DE FORTALEZA

Foi a Inspeção Seccional de Fortaleza a primeira escolhida pela Diretoria do Ensino Secundário para um plano experimental de inspeção, depois, parcialmente, estendido a todas as outras Inspeções. Mas, antes de mostrarmos o trabalho realizado, indiquemos o campo de atuação que abrange sua jurisdição:

- a)- Compreende cerca de 100 (cem) estabelecimentos de ensino
 - a') 34 na capital
 - b') 64 no interior
 - c') 4 públicos (dois na capital e dois no interior)
 - d') 10 são de 2º ciclo (sendo 2 no interior)
 - e') Somente um terço dos municípios cearenses possuem escolas secundárias
 - f') Somente duas cidades do interior possuem inspetores locais, sendo os demais inspecionados pelo itinerante
 - g') O aumento anual de estabelecimentos de ensino secundário é de cerca de 20%
 - h') Cerca de 15 estabelecimentos são também de funcionamento noturno.
- b)- Conta com 30 inspetores em exercício, sendo dois (2) deles no interior (Sobral e Crato). Os demais inspetores residem e trabalham exclusivamente na capital. Há anos está praticamente parada a renovação do quadro de inspetores.
- c)- A população escolar é de 23 189 estudantes, tendo aumentado de 1958 para 1959 2 816 estudantes, quase todos entrados na primeira série ginásial. Esta proporção é mais ou menos constante nos últimos anos.

a') É a seguinte a distribuição por séries:

1ª G.	2ª G.	3ª G.	4ª G.	1ª C.	2ª C.	3ª C.	Total
6.541	5.315	4.096	3.316	1.883	1.175	863	23.189
b') Ginásial: 19.268				Colegial: 3.921			23.189

- c') Escola Pública : 8.817 - Escola Particular: 14.372
= 23.189.
- d') Interior: 6.078 Capital: 17.111 = 23.189.
- e') Quase dois terços (2/3) não pagam diretamente os colégios, 8 811 estando matriculados em estabelecimentos públicos e os restantes recebendo bolsas de estudo do F.N.E.M., do go-
vêrno estadual e de inúmeras outras procedências (pelo me-
nos 11 procedências diversas).
- f') A evasão no científico, após o 1º ano, explica-se, em par-
te, pela transferência para o curso normal . Existem quase
30 unidades no Estado, recebendo alunos no meio do curso
(2º ano normal) provindos de todos os tipos de ensino mé-
dio (secundário, comercial, enfermagem, etc.).

d)- O CORPO DOCENTE: 906 professores

- a') Professores em exercício na Capital 461, dos quais cerca
de 180 são professores oficiais e 150 são religiosos, pre-
dominantemente freiras.
- b') Professores em exercício no Interior 445, dos quais menos
da metade são religiosos, predominantemente freiras.
- c') Somente 206 são portadores de diplomas de Faculdade de Fi-
losofia, quase todos na capital.
- d') O salário nos estabelecimentos oficiais é de 12.000 Cruzei-
ros para os efetivos e Cr\$ 100,00 por aula para os contrata-
dos, todos podendo acumular ainda funções que são remunera-
das na base de Cr\$ 8.000,00.
- e') O salário-aula nos colégios particulares varia entre Cr\$..
71,00 no ginásial (turma mínima) e Cr\$ 99,00 no colegial (tur-
ma máxima), podendo um professor exclusivo de escola parti-
cular ganhar até Cr\$ 15.000,00.
- f') É comum um professor dar até 50 ou 60 aulas semanais, mes-
mo quando professor de colégio público.

e)- AS ANUIDADES do Ceará são as maiores do norte e nordeste do Bra-
sil:(ginásial)

MACEIÓ	TERESINA	RECIFE	J.PESSOA	MANAUS	S. LUIS
4.500	3.510	5.000	3.510	4.500	2.600
a			a		a
5.200			5.130		4.920
	BELEM	ARACAJU			
	5.112	5.000			

FORTALEZA: (Capital) - Cr\$ 6.000,00 (ou mais). O quadro acima re-
presenta a média. (Salário mínimo de Fortaleza: Cr\$ 3.250). A anui-
dade em Fortaleza há anos corresponde ao duplo do salário mínimo
local.

9- PLANO DE INSPEÇÃO DA INSPETORIA SECCIONAL DE FORTALEZA

Os 30 inspetores de que dispõe a Inspeção Seccional de Fortaleza fo-
ram assim distribuídos:

1. Inspetor Seccional
2. Inspetor Assistente
3. Dois inspetores itinerantes (um da capital, outro do interior)
4. Um inspetor da Zona Norte (Sobral)
5. Um inspetor da Zona Sul (Crajo)
6. Os demais foram distribuídos nos seguintes setores:
 - a) Prédios e Aparelhamentos escolares - Ginásios Novos - Instala-
ções - Material Didático.

- b) Pessoal Docente e Administrativo - Registro de Diretor, Secretário e Professores.
 - c) Fiscalização da Vida Escolar - Arquivos dos Estabelecimentos.
 - d) Orientação e Assistência - Orientação Educacional e atuação junto aos alunos.
 - e) Inspeção Especializada (inovação) - Métodos e Processos Didáticos.
 - f) Fundo Nacional do Ensino Médio - Suplementação e Auxílio.
 - g) Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). Promoções - Campanhas.
 - h) Serviço Auxiliar - Pessoal
 - i) Contabilidade - Orçamento.
 - j) Seção de Inspeção - Casos de alunos.
7. Cada setor tem um coordenador, que juntos formam um conselho diretor da Inspeção Seccional.
 8. Cada coordenador (que trabalha na própria Inspeção Seccional) dispõe de um ou dois inspetores para visitas especializadas aos estabelecimentos.
 9. Foi retirada a inspeção direta sobre os estabelecimentos, cabendo ao itinerante atender ao serviço burocrático, salvo na época das provas, em que são desfeitas as coordenações, localizando-se um inspetor em cada estabelecimento ou em grupo de estabelecimentos.
 10. Foram feitos "convênios de inspeção" com cerca de 10 estabelecimentos (5 na capital e cinco no interior).
 11. Cada setor mantém sua própria ficha de observação dos estabelecimentos que vão sendo preenchidas nas visitas especializadas.
 12. Ao lado do sistema administrativo, a Inspeção Seccional mantém o serviço de orientação pedagógica, através de uma equipe voluntária de professores.

10- PLANO DE ATUAÇÃO DA INSPETORIA SECCIONAL DE FORTALEZA

A Inspeção Seccional de Fortaleza procurou até agora atuar na ordem cronológica da enumeração junto a

- I- Os inspetores federais lotados na Inspeção Seccional
- II- O professorado
- III- Os secretários de estabelecimentos
- IV- Os diretores de estabelecimentos
- V- Os alunos
- VI- Os pais de alunos
- VII- A comunidade em geral.

I - ATUAÇÃO JUNTO AOS INSPETORES FEDERAIS

Da equipe de inspetores, todos tinham mais de dez (10) anos de exercício, dentro de uma rotina puramente burocrática, todos com mais de 35 anos de idade, alguns aproximando-se da idade limite para aposentadoria compulsória, portanto refratários a qualquer mudança funcional. Só uns poucos são professores, muitos exercendo a profissão de advogados, aliás, atividade muito compatível com o tipo de exercício que se lhes exigia como inspetor: interpretar a regulamentação. Quase todos têm curso superior (Direito, Medicina, Filosofia). A Diretoria do Ensino Secundário iniciou a renovação com os estágios no MEC, estágios que encaminhavam-se, principalmente, para o aspecto burocrático, como treinamento dentro da própria Diretoria. A Inspeção Seccional tomou as seguintes providências para melhorar-lhes o padrão técnico-pedagógico e mudar a filosofia funcional:

- 1- Seminários anuais em que eram discutidos os problemas de educação.
- 2- Reuniões mensais para debater problemas de ensino e obter soluções de conjunto, formando o sentido de equipe no trabalho.
- 3- Designar inspetores para apresentarem trabalhos de cunho técnico aos companheiros nas reuniões mensais.

- 4- Estagiar em setores especializados na Diretoria do Ensino Secundário, a fim de assumir com eficiência a coordenação de um setor no vo na Inspeção Seccional.
- 5- Levá-los a frequentar os cursos da CADES para professores, atribuindo frequência a esta atividade.

Logo uma pequena elite se formou no seio do corpo de inspetores, vindo a constituir-se a "coordenação" da Inspeção Seccional. Outro grupo colabora eficientemente, mas sem aperfeiçoamento pessoal no sentido técnico da função. O restante, um pequeno contingente, não evoluiu, absolutamente, ficando atendendo ao serviço somente por questão estatutária do serviço público. Nosso inspetor de ensino, pois, distingue-se absolutamente dos inspetores de quase todos os países, onde a função corresponde ao fim da carreira de magistério e é exercida por pessoas altamente especializadas em problemas de educação e administração escolar. Como a renovação dos quadros está, praticamente, paralizada, não há esperança de estabelecer novas normas de ingresso na função, tendo as Inspetorias Seccionais que trabalhar com os elementos de que dispõe. O fato de cada inspetor ficar adstrito a um pequeno setor especializado está fazendo com que se aperfeiçoe insensivelmente em determinado aspecto, como instalações e arquitetura escolares, orientação educacional, contabilidade, etc., começando a ver em detalhes aquilo que lhe cabia observar nas grandes linhas, que um estabelecimento lhe cabia, exclusivamente, como ocupação funcional. Alegam os inspetores que a Inspeção Seccional afrouxa a inspeção porque o estabelecimento não tem mais "seu" inspetor, para resolver todos os casos lá surgidos. O diretor, porém, não percebendo a pressão direta da inspeção, assume, progressivamente, o controle geral do estabelecimento. Em compensação, o inspetor itinerante carrega de estabelecimento para estabelecimento as experiências positivas observadas e pode fazer paralelos que estimulam uma saudável emulação. Os inspetores das diversas coordenações, por outro lado, visitando todos os colégios de um único ponto de observação, penetram muito mais profundamente nos problemas, estabelecendo comparações e descobrindo iniciativas que se vão tornando patrimônio comum de todos os estabelecimentos de ensino. Podemos, hoje em dia, por exemplo, saber com uma simples indagação ao setor correspondente, por exemplo, quais os estabelecimentos que têm uma condigna, quais os que dispõem de área para recreação, quais os que têm assentamentos escolares provavelmente fraudulentos, etc. Diminuiu, pois, a interferência do inspetor na vida escolar, mas aumentou, muito, o trabalho de levantamento das verdadeiras condições de funcionamento, possibilitando iniciativas interessantes.

II- ATUAÇÃO JUNTO AO PROFESSORADO

Como vimos, já é grande em Fortaleza o contingente de licenciados no corpo docente, o que faz com que não se permita mais em Fortaleza exame de suficiência, salvo para as disciplinas de que não há curso na Faculdade de Filosofia (Ciências, Desenho, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Física, Química, História Natural e, agora, Matemática, cujo curso extinguiu-se na Faculdade, pretendendo reabrir-se em 1960). O registro de Trabalhos Manuais, Desenho e Economia Doméstica pode ser concedido, quase ex-officio, aos portadores de diploma de normalista, apesar de saber-se que em nossos cursos normais estas disciplinas ou não existem ou não têm a intensidade que possa preparar um professor para exercício do magistério secundário. É uma anomalia da nossa lei. Dado este fato, já foram concedidos em Fortaleza, mais de 200 registros de professores a normalistas, mas continuamos sem professores habilitados para o exercício destas atividades didáticas. Podemos distinguir, claramente, dois grupos de professores: a) os da capital que tendem a ser todos licenciados; b) os do interior que já fizeram pelo menos um curso da CADES, quase todos mais de um curso e muitos até quatro cursos de preparação para exame de suficiência.

- a)- professorado da capital: é constituído pelos antigos professores do tempo do registro provisório, em que se obtinha um atestado gratuito de exercício de magistério e pelos licenciados. Por incrível que pareça, o grupo que mais apresenta resistência à renovação pedagógica é justamente o de licenciados, ao contrário do que acontece em outras regiões brasileiras, onde os licenciados lideram a renovação. Mantém certo preconceito contra a CADES que a seu ver prepara professores em UM MÊS, quando eles estudaram quatro anos. O fato não tem a mínima razão de ser, pois, há 4 (qua

tro) anos não há mais exame de suficiência em Fortaleza, e é notório que os licenciados não aceitam contratos para o interior do Estado. Recusam-se mesmo a participar dos cursos de aperfeiçoamento e, nêles, representam um grupo dos "descrentes" em matéria de adoção de novas técnicas. É um fenômeno que ainda não foi bastante estudado e merece uma interpretação. Não tendo recebido em geral os cursos da CADES, é muito mais lenta, na capital, a renovação pedagógica que no interior, apesar do nível cultural na capital ser claramente mais elevado que no "hinterland" onde o recrutamento do professorado é feito anárquicamente, ao sabor das circunstâncias. Predomina no professorado da capital os bacharéis em direito, quase não havendo professores médicos, engenheiros e agrônomos. Nota-se fenômenos anormalíssimos no magistério da capital, como, por exemplo, inúmeros professores de línguas estrangeiras que não falam absolutamente a língua, limitando-se a ministrar gramática. Os poucos que dominam o idioma que ensinam são procedentes da Alliance Francaise e do Instituto Brasil Estados Unidos. É dominante a desculpa de que não podem melhorar o padrão de ensino porque são muito mal remunerados, barreira que impede e freia qualquer tentativa de melhoria técnica dos processos didáticos. Já no setor religioso, a frenagem para o movimento renovador parte de uma indefinida desconfiança para qualquer técnica moderna que lhes parece conter algo de herético.

- b)- Professorado do interior é recrutado em cada município dentre os que possam ser arrebanhados para a aventura do ginásiozinho que se funda. No início, quase sempre, o corpo docente é constituído pelo vigário, o juiz, o promotor, o médico, o farmacêutico, o chefe da banda de música, o instrutor do tiro de guerra, o agente de estatística, o funcionário da agência do Banco do Brasil. Logo depois, verifica-se que estas funções são incompatíveis, não permitindo regularidade na vida escolar. Começa, então, a substituição progressiva por normalistas e mesmo leigos, que se inscrevem nos exames de suficiência, precisando de cursos seguidos para adquirirem certo nível cultura e técnico. Contudo, a segunda solução estabilizava a vida do ginásio, dando continuidade à vida escolar. Nas ordens religiosas, uma mesma religiosa, geralmente, acumula duas, três ou quatro disciplinas, de modo que sempre estão fazendo o curso de uma disciplina diferente, nos cursos da CADES, não conseguindo especialização, mas uma interessante visão de conjunto das disciplinas, que nas primeiras séries têm efeitos salutares sobre o trabalho escolar. O inspetor itinerante do interior encontra sempre aqui e ali, iniciativas interessantes e tentativas de experimentação de métodos, sendo muito mais flexíveis para as inovações que o professorado da capital. Ao contrário do que acontece na capital, o ginásiozinho do interior consegue estabelecer muita intimidade entre o professorado e os alunos, sendo a vida escolar muito mais alegre e o estabelecimento representa uma casa de educação, ao contrário dos estabelecimentos da capital que funcionam em três expedientes e não permitem sequer atividades extra-curriculares. Depois de cada Curso da CADES percebe-se uma modificação sensível nos ginásios do interior, o que não se verifica, na capital, após os cursos de aperfeiçoamento. Outra diferença sensível, é que, no interior, os prédios quase todos foram construídos com verbas federais, havendo-os com magníficas instalações, fato que raramente acontece na capital, onde os estabelecimentos funcionam em prédios adaptados, quase sempre com o mínimo de área livre. Existe, no interior, intensa participação da comunidade na vida dos estabelecimentos, aspecto que a Inspeção Seccional tem estimulado fortemente, a fim de que o ginásio venha a constituir-se o centro da atividade social da cidade, inclusive abrindo as instalações (biblioteca, por exemplo) ao uso da sociedade local.

Foram atividades feitas pela Inspetoria Seccional junto ao magistério:

1. Cursos de preparação para exame de suficiência (interior)
2. Cursos de aperfeiçoamento de professores (interior e capital)
3. Seminários de professores por disciplinas (capital)
4. Encontro de professores por setores (professores de estabelecimentos oficiais, professores religiosos, professores de estabelecimentos no turnos, etc.) (capital)
5. Seminários regionais de professores (interior)
6. Fundação de núcleos regionais de estudo para professores (Crato e Sobral)
7. Promoção do dia do professor com a participação dos alunos em todos os estabelecimentos
8. Campanha de melhoria dos vencimentos dos professores públicos e particulares
9. Promoção de cursos para professores na Alliance Francaise e Estados Unidos.
10. Constituição efetiva do corpo docente com reuniões semanais. Debates com o professorado de um estabelecimento de cada vez
11. Encontro geral dos professores para planejamento do ano letivo.
12. Distribuição de polígrafos sobre novas técnicas didáticas.
13. Distribuição da revista Escola Secundária e publicações da CADES.
14. Obtenção de bolsas ou passagens para os professores estagiarem em Nova Friburgo ou participarem de congressos nacionais de educadores.
15. Reunião de professores de exame de admissão.
16. Cadastro dos professores por disciplina.
17. Uniformização do salário dos professores em todos os estabelecimentos da capital.
18. Convênio com a Faculdade de Filosofia para apurar a insuficiência de professores.
19. Regularização do exercício da função (atualmente não há um único professor em Fortaleza lecionando sem habilitação legal).
20. Incentivo ao pedido de suplementação para os professores.
21. Distribuição dos programas oficiais e instruções metodológicas.
22. Fundação de associações de professores por disciplinas (não vingou).
23. Discussão em todos os estabelecimentos de uma fórmula de julgamento dos méritos do professor para efeito de uma futura criação da carreira de professor.

Os professores são, em geral, refratários a organismos de congregação. Quase todos auto-didatas, não se convenceram ainda do trabalho em equipe e do efeito benéfico das reuniões de debates, dos seminários, dos "symposium". Mas, já conseguimos que nestas reuniões os professores estabelecessem resoluções interessantíssimas que a Inspetoria Seccional utiliza como se fôsse regulamentação oficial para aplicação em todos os estabelecimentos. Todo este trabalho só é possível porque a Inspetoria Seccional conta com uma equipe de professores que denominamos de COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA. É constituída pelos professores que, geralmente, são convidados para ministrar os cursos da CADES. Reunem-se todas as semanas para estudo e planejamento e participam como coordenadores dos seminários, cursos, missões, orientação de atividades de alunos, etc. São cerca de 30 professores voluntários que poderiam constituir o núcleo da futura inspeção técnica para que caminha, insensivelmente, a inspeção. O grupo procura especializar-se na psicologia genética de Piaget e experimentar formas didáticas que correspondam a esta teoria. É o que chamamos de "inspeção especializada". Coube a esta comissão organizar provas experimentais, maratonas intelectuais, pesquisa das provas parciais, participar dos seminários regionais, apresentar sugestão de trabalho para os inspetores, etc. Quase todos os membros estão escrevendo suas experiências para efeito de publicação posterior.

III- ATUAÇÃO JUNTO AOS SECRETÁRIOS DOS ESTABELECIMENTOS

A CADES ministra, anualmente, um curso de formação de secretários, visto vir recaindo sobre este elemento todo peso de manipulação da complexa regulamentação do ensino, na medida que os inspetores são desviados para trabalhos de coordenação geral, pesquisa e verificação das condições do ensino. A I. Seccional estimulou a fundação de uma associação de secretários de estabelecimentos e procurou na Jornada de Diretores que fossem melhorados seus salários e regulamentadas suas férias. Infelizmente, há extrema mobilidade de secretários, dado o baixo salário que percebem, e nas ordens religiosas, por motivo de contínuas transferências. Assim, estamos sempre começando o trabalho de especialização. Sente-se já a necessidade de especializar outro elemento, o TESOUREIRO, dada a complexidade crescente da suplementação dos professores, e da prestação de contas dos auxílios do F.N.E.M. A criação do registro de secretário "profissionalizou" a função, dando a eles certa autonomia que redundou em benefício da inspeção. Quase todas as funções que antes eram competência do inspetor são hoje solicitadas diretamente aos secretários dos estabelecimentos, exigindo-se agora que também este elemento da administração autentique os documentos escolares.

IV- ATUAÇÃO JUNTO AOS DIRETORES DE ESTABELECIMENTOS

A atual administração tem procurado prestigiar, intransigentemente, o diretor do estabelecimento, transferindo para ele, sucessivamente, muitas das funções privativas do inspetor. O diretor de colégios particulares, sendo responsável pela manutenção do estabelecimento e visando, infelizmente, lucros é o ponto nevrálgico de resistência às modificações. Em geral não lidera pedagogicamente os professores, motivo porque não estimula as reuniões do corpo docente, onde pouco teria a dizer ao magistério. Funciona, pois, mais como um economo que como líder educacional. Nos colégios leigos, vão para a direção de estabelecimentos os professores mais ativos e de capacidade de comando. Resistem, sistematicamente, em melhorar as instalações e em adquirir material didático para uso dos professores, que reclamam, insistentemente, esse fato nos seminários. Salvo os do interior (que são também professores) não frequentam os cursos, os seminários e os encontros. Para eles criou a CADES as Jornadas de Diretores. No Ceará procuramos transformar as Jornadas de Diretores (já houve duas) numa comissão de planejamento do ano letivo, determinando nelas, com a aprovação dos presentes, os feriados, as atividades, as comemorações, o regimento interno dos estabelecimentos. Pode-se dizer que grande parte das atividades da Inspeção Seccional foram determinadas nas Jornadas de Diretores, que se constitui assim numa espécie de CONSELHO DE EDUCAÇÃO.

VI- ATUAÇÃO JUNTO AOS ALUNOS

Com o tempo, verificou-se que os alunos são um ponto de atuação que atinge, diretamente, todo organismo escolar. A Inspeção Seccional de Fortaleza começou, pois, no corrente ano, a trabalhar com os alunos, obtendo resultados consoladores. Sem incluir o serviço social de grupo, de criação recente, junto ao serviço de Assistência ao Bolsista, onde estão sendo trabalhados os líderes escolhidos pelos bolsistas, temos inúmeras outras atividades que, através dos alunos atinge o sistema escolar:

1. MARATONA INTELLECTUAL:- Entre todos os estabelecimentos com o comparecimento de cerca de 1 000 alunos (5%). Esta atividade não só é altamente estimulante para os alunos como para os professores e diretores que desejam ver seus alunos brilharem. Os programas são desenvolvidos com maior cuidado e integralmente para que os alunos não sejam surpreendidos. As provas aplicadas são estudadas pelo magistério, podendo-se influir, assim, apresentando técnicas novas para o trabalho docente.

2. PESQUISA DE NIVEL PEDAGÓGICO DE UMA DISCIPLINA DE DETERMINADA SÉRIE:- Tomou-se uma disciplina (exemplo. Português e Inglês) da 4ª série ginásial e aplicou-se uma prova em todos os alunos do Ceará (nas duas experiências feitas foram testados 1 200 alunos da 4ª série. Faltou uma equipe técnica para um estudo mais profundo dos resultados.
3. Concursos do Cientista de Amanhã.
4. Concurso de Oratória.
5. Jogos Ginásio-Colegiais.
6. Exposições anuais de Desenho, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica.
7. Festa Orfeônica, com o comparecimento de um orfeon de cada estabelecimento.
8. Festa de abertura do ano letivo (13 de março).
9. Festa de encerramento do ano letivo (29 de novembro).
10. Aquisição de projetor para passar filmes científicos para os alunos.
11. Instalação de um pequeno auditório na Inspeção Seccional para ser utilizado por clubes de estudantes.
12. Estimulação dos alunos a criarem um código de ética.
13. Estimular a criação de atividades extra-curriculares nos estabelecimentos.
14. Criação de uma entidade de estudantes sem fins "políticos".

Distinguimos a Festa Orfeônica que vem promovendo a orfeonização da juventude cearense e melhorando o padrão artístico da mocidade, de uma maneira extraordinária. A última atividade da Inspeção Seccional foi a criação dos INTER-CLUBES de todas as disciplinas (Escritores de Amanhã, Cientistas de Amanhã, Artistas de Amanhã, etc.), constituídos pelo melhor aluno da 3ª série de todos os estabelecimentos da capital. Tem a supervisão de um professor da CADES e de uma Assistente Social do Serviço de Assistência ao Bolsista.

VI- ATUAÇÃO JUNTO AOS PAIS DE ALUNOS

Consistiu sobretudo e quase exclusivamente na criação dos CIRCULOS DE PAIS E MESTRES que, praticamente, estão em funcionamento em todos os estabelecimentos do Ceará. Caminhamos agora para uma federação de clubes que se chamará de CONSELHO COMUNAL DE PAIS E MESTRES e será definitivamente instalado no próximo dia 22 de outubro. Espera-se grande atuação social no setor de educação desse conselho que já tem uma vasta pauta de atividades a realizar.

VII- ATUAÇÃO NA COMUNIDADE

A Inspeção Seccional mantém serviço de divulgação bastante ativo, a ponto de quase todos os jornais de Fortaleza manterem uma página semanal de noticiário e doutrina. Uma destas páginas é dirigida pelo clube dos Escritores de Amanhã. Fêz também uma intensa campanha jornalística quando do lançamento da criação dos círculos de pais e mestres, inclusive fazendo penetração direta nos clubes elegantes da cidade. As festas coletivas (orfeônica, encerramento do ano letivo, maratona intelectual) têm profunda influência na comunidade, atraindo para a escola as vistas da comunidade.

FINAL

Estão em execução, com maior ou menor êxito, algumas metas gerais que assim podem ser resumidas:

1. Instalação da autonomia disciplinar nos estabelecimentos, havendo algumas experiências que impressionaram pelos resultados obtidos, inclusive no Colégio Estadual do Ceará que congrega quase 5 000 estudantes e era impossível de controle
2. Um código de ética do estudante cearense.
3. Criação da carreira de professor.

4. Aplicação da psicologia de Piaget na didática das disciplinas.
5. Pesquisa sobre o vestibular, em colaboração com o Instituto de Psicologia e Educação da Universidade do Ceará.
6. Funcionamento do Instituto de Orientação Educacional.
7. Pesquisa dos resultados dos exames de admissão.
8. Pesquisa sobre o índice de promoção escolar e suas características.
9. Pesquisa sobre o conteúdo das bibliotecas escolares.

SEMINARIOS REGIONAIS

Deixamos para o fim a explanação sobre a mais recente atividade da Inspetoria Seccional: os seminários regionais realizados em:

- a)- Zona Sul (Zona do Cariri, com a presença de 15 colégios da região).
- b)- Zona de Baturité (com a presença de sete colégios da região).
- c)- Zona Norte (com o comparecimento de 22 colégios de 16 cidades circunvizinhas).

O seminário é planejado para atingir toda a comunidade e para a utilização de todas as instituições locais (Rádio Educadora do Nordeste, Rádio do Cariri, jornais, instituições, etc.).

A equipe de professores é constituída:

- a)- Inspetor Seccional, que atua globalmente junto aos professores, alunos, secretários, pais de alunos, etc., fazendo conferências sobre administração escolar e pedagogia.
- b)- Um professor de didática de cada disciplina para promover círculos de estudo (15 horas de atividade).
- c)- Um professor de canto orfeônico para orfeonizar os alunos.
- d)- Um técnico em educação física para fazer demonstração de educação física moderna.
- e) Um orientador educacional para fazer círculos de estudos com os alunos.
- f) Um técnico em organização da comunidade escolar para organizar trabalhos em equipe e disciplina autônoma.

As atividades promovidas durante os três dias do seminário são:

- a) Atividades gerais com toda a comunidade (alunos, professores, pais).
- b) Círculos de Estudos com alunos e professores.
- c) Fundação do Círculo de Pais e Mestres.
- d) Fundação de clubes de estudantes.
- e) Demonstração de novos processos pedagógicos.
- f) Demonstrações gerais de Canto e Educação Física.

Os resultados são extraordinários, porque atinge a comunidade em todos os seus aspectos. Creio que a CADES adotará brevemente este tipo de trabalho em todas as regiões do país.

-)X(-

(*) Muito do que se descreve como atividade do MEC no Ceará, só foi possível por um feliz acaso, decorrente de o encarregado do serviço participar de entidades estaduais de educação, como

- a) Professor de Pedagogia do Instituto de Educação.
- b) Membro do Conselho Estadual de Educação.
- c) Membro do Instituto de Psicologia e Educação da Universidade do Ceará (vice-presidente em exercício).
- d) Orientador de Cursos da CADES.
- e) Ex-professor de Administração Escolar da Faculdade de Filosofia.
- f) Membro do Instituto de Orientação Educacional (fundador).
- g) Diretor do Grupo de Estudos da Psicologia de Piaget.
- h) Membro de várias comissões de reforma do ensino (normal comu, normal rural, curso da Polícia Militar, etc.).
- i) Inspetor Seccional de Fortaleza
- j) Membro da Comissão Diretora do Fichário Central de Obras Sociais.
- l) Observador do MEC junto às Classes Experimentais.
- m) Membro da Comissão Pró-desenvolvimento da Educ. Familiar (setor do Ceará).
- n) Colaborador do INEP na pesquisa de levantamento das condições do Ensino no Estado do Ceará.
- o) Professor de Psicologia do Menor do Instituto Social.
- p) Membro da Comissão de Assistência Educacional.